

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

MARTA DE JESUS PEREIRA

**O TRATO COM O CONCEITO DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO
FÍSICA ESCOLAR: UM ESTUDO DOS DOCUMENTOS PCPE 2013 E
DO CURRÍCULO DE PERNAMBUCO 2019.**

**RECIFE-PE
2019**

MARTA DE JESUS PEREIRA

**O TRATO COM O CONCEITO DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO
FÍSICA ESCOLAR: UM ESTUDO DOS DOCUMENTOS PCPE 2013
E DO CURRÍCULO DE PERNAMBUCO 2019.**

Monografia apresentada à Universidade
Federal Rural de Pernambuco como
requisito para obtenção do título de
Licenciada em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Dantas Albuquerque Melo.

**RECIFE-PE
2019**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil.

P436f	Pereira, Marta de Jesus
escolar:	O trato com o conceito de inclusão na educação física um estudo dos documentos PCPE 2013 e do currículo de Pernambuco 2019 / Marta de Jesus Pereira. – Recife, 2019. 51 f.
Universidade	Orientador(a): Flávio Dantas Albuquerque Melo. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Educação
Física,	Recife, BR-PE, 2019. Inclui referências.
Dantas	1. Educação física - Estudo e ensino 2. Exclusão social 3. Currículo - Análise 4. Educação inclusiva I. Melo, Flávio Albuquerque, orient. II. Título
	CDD 796

MARTA DE JESUS PEREIRA

**O TRATO COM O CONCEITO DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO
FÍSICA ESCOLAR: UM ESTUDO DOS DOCUMENTOS PCPE 2013
E DO CURRÍCULO DE PERNAMBUCO 2019.**

Monografia apresentada a Universidade
Federal Rural de Pernambuco como
parte das exigências para conclusão do
curso de Licenciatura em Educação
Física.

Aprovada em _____ de _____ 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Flávio Dantas Albuquerque Melo – Orientador

Prof. Ms. Eduardo Jorge Souza da Silva

Prof. Prof.^a Ms.^a Ana Flávia Araújo Pinho

*Dedico este trabalho a Deus e a minha
mãe Anita por ser minha inspiração de
perseverança e luta.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por me manter firme e persistente durante toda essa jornada, dando-me forças para lutar diariamente e seguir meu caminho. Agradeço à minha mãe Anita a quem dedico este trabalho. Aos meus amigos que diretamente e indiretamente me auxiliaram me dando forças e sendo compreensivo quanto à minha ausência nesse período tão desafiador. Agradeço aos meus amigos do curso de Licenciatura em Educação Física e a todos aqueles que trilharam comigo essa jornada acadêmica, em especial aos *Populares do Defis* que me orgulho muito em fazer parte juntamente com os meus amigos/irmãos Camila (pelo carinho, amizade e ajuda incondicional), a minha 'Co orientadora' Thamiris (pela dedicação, carinho e disponibilidade em ajudar), Flávio e Helton que estiveram comigo dando apoio e incentivo desde o início do curso e no processo de construção desse trabalho.

À Universidade Federal Rural de Pernambuco, UFRPE, pelo sério compromisso com a educação e aos professores do curso de Licenciatura em Educação Física pelos ensinamentos e contribuição durante meu processo de graduação, em especial a professora Ana Flávia Pinho pela dedicação e carinho.

Ao meu orientador Prof. Dr. Flávio Dantas, pela confiança, orientação desde os estágios até a conclusão desse curso.

Gratidão!!

RESUMO

O termo exclusão social tem se apresentado com significados muito variados, conceituando diferentes situações de discriminação, vulnerabilidade, dentre outros. As várias abordagens que conduzem a uma ampla utilização do termo, permitindo que este possa designar toda situação ou condição social de carência, dificuldade de acesso, segregação e discriminação. Já inclusão é um processo sutil, não é uma coisa, é processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros e com a sociedade. Analisar a questão da exclusão/inclusão na sociedade, em geral, e na educação, em particular, implica em dimensioná-la em termos históricos e de forma contextualizada. Mesmo ciente da existência de vários estudos sobre a temática, o presente estudo foi proposto pela necessidade de aprofundar nosso entendimento sobre as lacunas existentes no processo de exclusão/inclusão na sociedade, educação e na educação física. Para isso, nosso objetivo geral analisar as concepções de exclusão/inclusão presente na sociedade, nos Parâmetros Curriculares de Pernambuco – PCPE- 2013, no Currículo de Pernambuco 2019 e seus desdobramentos Didáticos pedagógicos no ensino da Educação física. Para tal, nossos instrumentos de coleta de dados foram o fichamento das fontes empíricas enfatizando a caracterização sobre lógica do par dialético exclusão/inclusão na sociedade capitalista e como se expressa na educação escolar e a educação física presente nos Documentos Oficiais norteadores para Educação Básica de Pernambuco, PCPE 2013, Parâmetros da Sala de Aula: Educação Física 2013 e do Currículo de Pernambuco 2019; Os dados do estudo foram coletados através da Análise de Conteúdo; A organização e sistematização dos resultados foram realizados através da Exposição das contradições das argumentações sobre as concepções de exclusão/inclusão e trabalho pedagógico contidas nas obras analisadas. As reflexões desenvolvidas durante a produção deste estudo considera-se que pensar a educação para classe trabalhadora implica orientar o trabalho escolar para além dos preceitos da inclusão. No contexto capitalista, a difusão da ideologia de dominação de classe, se torna ainda mais importante para a burguesia. No entanto, ocorreram importantes lutas pelos direitos humanos e direitos sociais, mas ainda há muito a ser esclarecido e discutido a respeito da inclusão. Ao tratarmos de inclusão, somos enviados ao campo da educação. Para que a inclusão ocorra de fato nas escolas é preciso que a educação assuma uma postura de mudança nas práticas educacionais que rejeite as barreiras e preconceitos de toda ordem dentro e fora da sala de aula. Os documentos norteadores da educação básica citados durante o trabalho nos mostram tentativa de buscar novas reflexões para a Educação Física inclusiva.

Palavras-chave: exclusão, inclusão, educação física, educação, sociedade capitalista.

ABSTRACT

The term social exclusion has presented itself with very varied meanings, conceptualizing different situations of discrimination, vulnerability, among others. The various approaches that lead to a broad use of the term, allowing it to designate any social situation or condition of lack, difficulty of access, segregation and discrimination. Already inclusion is a subtle process, it is not a thing, it is a process that involves the whole man and his relationships with others and with society. Analyzing the issue of exclusion / inclusion in society in general and in education in particular implies dimensioning it in historical terms and in a contextualized way. Although aware of the existence of several studies on the subject, the present study was proposed by the need to deepen our understanding of the gaps in the process of exclusion / inclusion in society, education and physical education. For this, our general objective was to analyze the conceptions of exclusion / inclusion present in society, in the Curricular Parameters of Pernambuco – PCPE 2013 and its pedagogical didactic developments in the teaching of physical education. To do so, our instruments of data collection were the empirical sources, emphasizing the characterization of the logic of the dialectical exclusion / inclusion in capitalist society and how it is expressed in school education and physical education present in the Official Documents guiding Basic Education in Pernambuco , PCPE 2013, Parameters of the Classroom: Physical Education 2013 and Curriculum of Pernambuco 2019; The study data were collected through Content Analysis; The organization and systematization of the results will be through the Exposition of the contradictions of the arguments about the conceptions of exclusion / inclusion and pedagogical work contained in the analyzed works. The reflections developed during the production of this study consider that thinking about working class education implies guiding school work beyond the precepts of inclusion. In the capitalist context, the diffusion of the ideology of class domination becomes even more important for the bourgeoisie. However, they have been important in the struggles for human rights and social rights, but much remains to be clarified and discussed about inclusion. In dealing with inclusion, we are sent to the field of education. For inclusion to actually take place in schools, it is necessary for education to assume a position of change in educational practices that rejects the barriers and prejudices of all order within and outside the classroom. The guiding documents of basic education cited during the work show us an attempt to seek new reflections for Inclusive Physical Education.

Keywords: exclusion, inclusion, physical education, education, capitalist society.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PCN'S – Parâmetros Curriculares Nacionais

OTM – Orientações Teórico-Metodológicas

PCPE – Parâmetros Curriculares para a Educação Básica do Estado de Pernambuco

PSA – Parâmetros Curriculares da Sala de Aula – Educação Física

CP – Currículo de Pernambuco

ENEEs – Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais

PPP – Projeto Político Pedagógico

ESO – Estágio Supervisionado Obrigatório

UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. CAPÍTULO I. A CONTRADIÇÃO ENTRE EXCLUSÃO/INCLUSÃO NA SOCIEDADE CAPITALISTA E NA EDUCAÇÃO ESCOLAR.....	14
2.1 EDUCAR PARA TRABALHO.....	16
2.2 EXCLUSÃO/INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR.....	20
2.3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA	21
2.4 INTEGRAÇÃO VERSUS INCLUSÃO	25
2.5 A INCLUSÃO NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR	27
3. CAPÍTULO II. AS CONCEPÇÕES DE EXCLUSÃO/INCLUSÃO PRESENTES NOS PARÂMETROS CURRÍCULARES DE PERNAMBUCO 2013, PARÂMETROS NA SALA DE AULA - EDUCAÇÃO FÍSICA 2013 E DO CURRÍCULO DE PERNAMBUCO 2019.	33
3.1 AS RELAÇÕES DE INCLUSÃO NOS DOCUMENTOS NORTEADORES DA EDUCAÇÃO FÍSICA.....	36
3.1.1 PARÂMETROS CURRÍCULARES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO 2013 - PCPE.....	36
3.1.2 PARÂMETROS CURRÍCULARES NA SALA DE AULA: EDUCAÇÃO FÍSICA, 2013 - PSA.	38
3.1.3 CURRÍCULO DE PERNAMBUCO 2019 - CP.....	41
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	48

1. INTRODUÇÃO

Dentre os diversos conceitos de exclusão, há um entendimento de que ela é uma nova forma de manifestação da questão social com raízes fundadas em um processo histórico que vem se desenvolvendo desde o início da industrialização. Nessa concepção, a exclusão está diretamente vinculada ao surgimento da sociedade moderna, e ao sistema político e econômico que rege esta sociedade, tendo em vista que na maior parte das sociedades antigas a exclusão já estava enraizada na estrutura social (GRACINDO et al, 2005). Nascimento (1994) identifica exclusão social como “a ação ou efeito de colocar à margem um ou vários indivíduos. Supressão que pode ser de direitos e/ou do acesso a bens ou serviços, tanto materiais quanto simbólicos”.

Autores que se dedicam à reflexão da questão da exclusão social, em geral, entendem que há uma diferença entre a exclusão social originada na esfera produtiva e a derivada das questões culturais e de cidadania. Outros consideram que “[...] na esfera produtiva não existe exclusão, mas exploração, causada pela inserção desigual dos sujeitos sociais na produção” (BONETI, 1998).

Segundo Pertile; Rossetto (2016), as políticas educacionais tomaram uma conotação inclusiva que se intensificou nas discussões sobre a elaboração de políticas mais específicas, direcionadas a grupos sociais particulares, o que justifica a necessidade de ser estudada a direção e as finalidades dessas políticas, já que a inclusão é um movimento mundial de luta das pessoas com deficiências, de seus familiares e de todos aqueles que não têm as mesmas oportunidades na sociedade na busca dos seus direitos.

O termo exclusão social tem se apresentado com significados muito variados, conceituando diferentes situações de carência, discriminação, vulnerabilidade, dentre outros. Escorel (1998), ao analisar as várias abordagens que conduzem a uma ampla utilização do termo, permitindo que este possa “designar toda situação ou condição social de carência, dificuldade de acesso, segregação, discriminação, vulnerabilidade e precariedade em qualquer âmbito”, indica que um termo com tal abrangência, ao definir tudo, acaba por não definir nada. Neste sentido, Martins (1997) compreende que rigorosamente falando não existe exclusão; existe contradição, existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes; existe o conflito pelo qual a vítima dos processos excludentes proclama

seu inconformismo, seu mal-estar, sua revolta, sua esperança, sua força reivindicativa e sua reivindicação corrosiva. Essas reações, porque não se trata estritamente de exclusão, não se dão fora dos sistemas econômicos e dos sistemas de poder. “As reações não ocorrem de fora para dentro, elas ocorrem no interior da realidade problemática, ‘dentro’ da realidade que produziu os problemas que a causam” (MARTINS, p14).

Já inclusão é um processo sutil, não é uma coisa, é processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros. Para Sassaki (2010), a inclusão é uma proposta, um ideal. Se quisermos que a sociedade seja acessível e que dela todas as pessoas possam participar, em igualdade de oportunidades, é preciso fazer desse ideal uma realidade a cada dia. Incluir significa ver além da deficiência e as diferenças consideradas peculiaridades que a escola precisa se dispor a acolher

Nesse contexto que se faz necessária uma abordagem histórica por meio de levantamento bibliográfico acerca da trajetória das pessoas com algum déficit, compreendida pelo período referente à fase de exclusão, iniciada na antiguidade até aos ideais defendidos pela perspectiva de inclusão na sociedade atual. Considerando os documentos oficiais norteadores a Educação Básica de Pernambuco e da Educação Física como: O Coletivo de Autores (1992-2012), as Orientações Teórico Metodológicas para o ensino da Educação Física (OTM’S, 2010), Parâmetros Curriculares para a Educação Básica do Estado de Pernambuco (PCPE, 2013), Parâmetros Curriculares da Sala de aula: Educação Física - ensino fundamental, médio, 2013 e o Currículo de Pernambuco (CP, 2019).

O interesse pelo tema Inclusão se deu por tratar-se de uma realidade compartilhada por todos na sociedade e por inquietações vivenciadas no campo acadêmico durante o Estágio Supervisionado Obrigatório (ESO I, II, III e IV) no processo de graduação no curso de Licenciatura em Educação Física da UFRPE. Contudo, as motivações pessoais não se desvencilham das justificativas social e científica, pois, como discente da UFRPE foi percebido carência sobre a temática relacionada ao um aprofundamento maior na disciplina Inclusiva. O tema da exclusão/inclusão adquiriu relevo e centralidade nos últimos anos, exatamente em função do agravamento das desigualdades e a evidencia as inúmeras formas de discriminação social. Diante disso, são de extrema importância ações e debate sobre políticas publica voltado para a temática na sociedade e nas diversas redes de

relacionamentos estruturado para atender às necessidades de cada cidadão, para de fato a sociedade possa incluí-lo e não só integra-lo.

A partir da problemática exposta e ciente da existência de vários estudos para esse tema, ainda se faz necessário aprofundar nosso entendimento sobre as lacunas existentes no processo de exclusão/inclusão, com isso, é relevante levantar o seguinte problema: Quais os nexos e relações existentes entre as concepções no conceito de exclusão/inclusão presentes no PCPE 2013, Parâmetros Curriculares da sala de aula: Educação Física 2013 e do Currículo de Pernambuco 2019? Para isso nosso Objetivo Geral foi analisar as concepções de exclusão/inclusão presente na sociedade, nos Parâmetros Curriculares de Pernambuco – PCPE- 2013, no Currículo de Pernambuco 2019 e seus desdobramentos didáticos pedagógicos no ensino da Educação Física. Para alcançar esse objetivo, nos utilizamos dos seguintes Objetivos Específicos: 1) Analisar a partir da teoria histórico-crítica a relação entre exclusão/inclusão na sociedade capitalista e na educação escolar; 2) Analisar a concepção de exclusão/inclusão presentes nos Parâmetros Curriculares para a educação básica de Pernambuco 2013 – PCPE, Parâmetros Curriculares da sala de aula: Educação Física 2013 - PSA e no Currículo de Pernambuco 2019 - CP. Baseado nesses elementos específicos é que se configuram os capítulos a serem fundamentadas no referencial teórico. São eles: A contradição entre exclusão/inclusão na sociedade capitalista e na educação escolar, e A concepção de exclusão/inclusão presentes nos Parâmetros Curriculares de Pernambuco 2013, Parâmetros na Sala de Aula: Educação Física 2013 e do Currículo de Pernambuco 2019.

Para a realização desse estudo, a teoria do conhecimento utilizado foi o materialismo histórico-dialético. A dialética situa-se “no plano da realidade, no plano histórico, sob a forma da trama de relações contraditórias, conflitantes, de leis de construção, desenvolvimento e transformação dos fatos” (TRIVIÑOS, 1987, p. 75).

Segundo Triviños (1987) a contradição se expressa na teoria do conhecimento do materialismo histórico-dialético através da realidade objetiva, é uma interação entre aspectos opostos, distingue os tipos de contradições, determina o papel e a importância que ela tem na formação material e ressalta que a categoria da contradição é a origem do movimento e do desenvolvimento. Quanto ao método científico usado nos estudo, nos apoiamos no dialético materialista.

está vinculado a uma concepção de realidade, de mundo e de vida no seu conjunto. [...] Este constitui-se numa espécie de mediação no processo de apreender, revelar e expor a estruturação, o desenvolvimento e transformação dos fenômenos sociais (TRIVIÑOS, 1987, p. 77, apud SANTOS, 2019 p. 15 Recortes nossos).

Em relação à abordagem desta pesquisa, afirmamos que é um estudo qualitativo, o qual não se preocupa com representatividade numérica, e sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social ou de uma organização, por exemplo (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Nosso campo empírico foi à produção de conhecimento sobre o nosso objeto de pesquisa, e para tanto, como fonte empírica tivemos os Documentos Oficiais, Livros e artigos que versam sobre a temática exclusão/inclusão. Para tal, nossos instrumentos de coleta de dados foram o fichamento das fontes empíricas enfatizando a caracterização sobre lógica do par dialético exclusão/inclusão na sociedade capitalista e como se expressa na educação escolar e a educação física presente nos Documentos Oficiais norteadores como: Parâmetros Curriculares para Educação Básica de Pernambuco PE 2013, Parâmetros da Sala de Aula: Educação Física 2013 e do Currículo de Pernambuco 2019; Os dados do estudo foram coletados através da análise de conteúdo; A organização e sistematização dos resultados foram realizados através da exposição das contradições das argumentações sobre as concepções de exclusão/inclusão na educação escolar, e trabalho pedagógico contidas nas obras analisadas.

Para tanto e com foco na necessidade de aprofundar nosso entendimento sobre o objeto em questão, nosso trabalho está dividido em uma introdução, dois capítulos e Considerações Finais. No capítulo I, abordaremos A contradição entre exclusão/inclusão na sociedade capitalista e na educação escolar, enquanto que no capítulo II, explicitaremos sobre A Concepção de Inclusão nos Parâmetros Curriculares de Pernambuco 2013, Parâmetros na Sala de Aula: Educação Física 2013 e do Currículo de Pernambuco 2019.

A CONTRADIÇÃO ENTRE EXCLUSÃO/INCLUSÃO NA SOCIEDADE CAPITALISTA E NA EDUCAÇÃO ESCOLAR.

Como um dos principais temas de discussão mundial é a exclusão social, essa, representada pela desigualdade entre indivíduos de uma mesma sociedade, esse capítulo tem como o objetivo, mostrar como o capitalismo esta diretamente ligada ao processo de exclusão tanto na sociedade quanto na educação.

Com o fim da idade média, a sociedade moderna se caracterizou pelo desenvolvimento do capitalismo, estrutura socioeconômica fundada na apropriação privada dos meios de produção e distribuição desigual dos bens produzidos, gerando simultânea riqueza e desigualdades sociais divididos em duas categorias antagônicas: a que tem propriedade e centraliza os bens produzidos, e a expropriada, que possui apenas a força de trabalho para viver.

De um lado, o proprietário de dinheiro, de meios de produção e de meios de subsistência, empenhado em aumentar a soma de valores que possuía, comprando a força de trabalho alheia; e, de outro, os trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, de trabalho (MARX, 2005, p. 828).

Situação dominante que privilegia uma camada pequena da população, enquanto degradam as condições de vida de um grande contingente de pessoas. Dessa realidade, a lógica de exclusão prevalece mundialmente e convive como o discurso de inclusão, numa aparente contradição aos trabalhadores diante das condições estabelecidas pela sociedade atual (PERTILE; ROSSETTO, 2016).

Detentora dos meios de produção, com ideologia conservadora e racionária e com forte apelo à meritocracia, a burguesia possui grandes objetivos em permanecer na posição de classe dominante, fazendo prevalecer seus interesses políticos e econômicos com expansão ilimitada no mercado. Essas atividades econômicas formam a base de expansão do sistema capitalista, baseadas na exploração do trabalho humano assalariado, em relação ao que produzem e a forma como esses trabalhadores são remunerados (FACCI, et al., 2012).

A exploração do trabalho humano se dá no momento em que o capitalista comprar a força do trabalho do operário, este adquire o direito de consumir e fazê-la funcionar durante todo dia ou toda semana como se fosse uma máquina, afirmando a base de exploração. Ou seja, como vendeu sua força ao capitalista, tudo que for produzido pelo operário pertence ao seu comprador, até o contrato de trabalho vigorar (MARX, 2008).

O capitalismo do século XIX, mais que em qualquer outra época, elevou à máxima potência sua capacidade expropriadora do homem e de sua força de trabalho, alienando-o sob as mais diversas formas de trabalhos indignos e condições desumanas. Elementos que demonstram a desigualdade e exclusão social, fundamentada na forma de trabalho imposta pela classe burguesa.

A sociedade capitalista tem demonstrado ao longo dos anos, sua incapacidade de igualdade, entre a classe burguesa, sobre a classe operária. Essas relações tornam-se contraditórias e complexas, primeiro em consequência das propriedades privadas dos meios de produção, segundo pela exploração da força do trabalho pelo capital e sua divisão social e cultural ao longo da vida de cada indivíduo, história da humanidade (DUARTE, 2012, p. 231; Apud FACCI. 2012, p. 21).

Para Facci et al. (2012), no capitalismo a liberdade e igualdade era medida pela capacidade que o indivíduo possui em participar do mercado. Aqueles que não pertencem à burguesia tem sua capacidade de produção reduzida, não tem prioridade na escala social, sendo reservado apenas àquilo que a força do seu trabalho conseguirá produzir.

Desse modo, entende-se que os indivíduos que não conseguem atender as exigências do sistema produtivo e os que têm necessidades especiais, seja física, mental ou social, têm sua capacidade de produção e consumo limitados, sendo excluído da sociedade, passando a receber orientação para a vida e educação de instituições públicas ou privadas que tinham como meta, preparar os “deficientes” para atender as demandas do mercado moderno, garantindo a produção e seu consumo do capitalismo.

A educação destinada a esses indivíduos, não atendia apenas às suas necessidades especiais e sua integração social, criavam-se meios para esses indivíduos realizassem trabalhos simples e remunerados, surgindo assim condições para a “inserção” dos excluídos no mercado de trabalho e na sociedade (FACCI, et al., 2012, p. 23).

Na sociedade capitalista no século XX, com suas políticas contemporâneas, buscou possibilidade de inclusão e aceitação social para as minorias da sociedade através da criação de leis de inclusão. Mas a preocupação não era com igualdade, liberdade, nem com as relações entre as pessoas na sociedade, seu real motivo era apenas com as relações econômicas do mercado, que tinha como objetivo usar toda mão de obra disponível para elevar a produção e o consumo do mercado capitalista.

A criação dessas leis de inclusão não foi suficiente para eliminar ou diminuir a desigualdade social, isso porque a parte mais radical dos capitalistas, não

aceitava que pessoas com algum tipo de déficit participassem das relações econômicas do mercado, por achar que a liberdade do empregador em contratar mão de obra que não o prejudicasse economicamente estava ameaçada (FACCI, 2012, p 24 apud FRIENDMAN, 1985, p. 103).

As condições do modelo do sistema capitalista, geradoras de exclusão, nos deixa diante de uma contradição:

Neste caso, qualquer tentativa de inclusão por meio de educação ou por leis no mercado de trabalho do sistema capitalista, esta destinada ao fracasso, por esta, não comportar uma sociedade igualitária. Pois, a inclusão de alguns pelo sistema não assegura a inclusão de todos, mesmo esse processo sendo restrito a alguns setores do mercado de trabalho e produtos da sociedade (FACCI, et al., 2012, p.24-25).

A naturalização de exclusão de maneira geral é nociva ao indivíduo, em especial aos que tem alguma deficiência, e a situação induz a eliminação social de direitos básicos. De um lado está à precariedade de serviços como saúde e educação para classe trabalhadora, isso já produz uma carência, e consequentemente gera a necessidades de inclusão, onde essa processo de meia inclusão de poucos não prever a inclusão de todos, gerando uma exclusão includente (FACCI, et al., 2012).

O papel do trabalho na vida do homem é bastante significativo, pois age como mecanismo de exclusão e também de oportunidades, dualidade vista com muita clareza em nossa sociedade. No entanto, as desigualdades sociais e os mecanismos de exclusão do período acima, não estavam restritos apenas à economia de mercado, mas também à educação, distintas para as classes sociais.

2.1 EDUCAR PARA TRABALHO

As concepções sobre as relações entre a educação e o trabalho são antagonistas e se reflete nas contradições entre classe sociais.

A educação dirigida à classe trabalhadora era promovida ou supervisionada pelos Estados, oferecendo um ensino cada vez mais universal, mas sem a intenção de realizar a inclusão social. O ensino tinha como objetivo garantir que o trabalhador pudesse realizar ações com instruções específicas para o mercado econômico, gerando cidadãos obedientes ao sistema capitalista, estabelecendo tempo, a ordem, a disciplina e a necessária preparação para o trabalho.

De acordo com Marsiglia (2011), na sociedade capitalista a educação tem duas funções: A qualificação de mão de obra e a formação para o controle político. Essas funções respondem a sociedade de classes, com o objetivo de controlar e

preparar aqueles que determinarão os rumos da sociedade enquanto a mão de obra mantendo a estrutura social.

A educação está diretamente relacionada à organização social em suas múltiplas relações e dela decorrem os interesses políticos e econômicos, em consequência à educação a necessidade do mercado de trabalho (daí decorre sua importância) por duas vias: a primeira reduz a capacidade de o estudante desenvolver um pensamento crítico, segundo atende, economicamente, a necessidade e interesses do capital onde tem seu lugar por excelência, o mercado, e seus agentes, os mercadores. Todas as teorias do capitalismo desempenharam e ainda desempenha grande poder sobre as práticas pedagógicas exercidas, tendo a ação da escola como a de adequação do indivíduo a sociedade.

A sociedade capitalista tem colocado a escola como mecanismo que adapta os indivíduos a sociedade na qual estão inseridos, com a função social de manutenção do sistema por meio das ideias e dos seus interesses ocasionando o esvaziamento de métodos e conteúdos necessários e adequados à apropriação social e historicamente construída (MARSIGLIA, 201.p 7).

Para Kuenzer (2002), não existe atividade humana que se exclui qualquer atividade intelectual. Para o capital, as relações entre educação e trabalho influenciam nas políticas públicas destinadas ao sistema educativo, passa por diferentes etapas do desenvolvimento econômico e social.

No processo de valorização do capital, pelos processos pedagógicos e novas formas de organização do trabalho escolar, são concebidos novos modos de vida, novos valores para que se ajustem aos novos métodos de produção e, portanto, novos métodos de trabalho: a fragmentação da educação entre pensa e executar, fez com que as atividades intelectuais, o trabalho, a produção e o consumo fossem direcionados a indivíduos diferentes (KUENZER, 2002).

Tanto as relações sociais e produtivas, como a escola educam o trabalhador para esta divisão. [...] O conhecimento científico e o saber prático são distribuídos desigualmente, contribuindo, ainda mais, para aumentar a alienação dos trabalhadores. (KUENZER, 2002, p. 02).

Nesse sentido, entende-se que a formação para o trabalhador, traz consigo as consequências da divisão do trabalho na sociedade, onde as etapas fragmentadas do conhecimento no processo produtivo evidenciam a divisão e o interesse da classe dominante entre interesse material e intelectual. Ou seja, a classe dispõe do material de produção, tem em mãos a produção intelectual

submetendo ao trabalhador a condição de alienação (mesmo não se reconhece como parte do Estado) com a finalidade que ele mesmo contribua com as relações desiguais.

Diante das mudanças na reestruturação produtiva, com novas bases do material de produção voltado pra tecnologia flexível e microeletrônica, necessitava de capacitação e disciplinamento do trabalhador para o novo processo produtivo.

A influência dominante exercida pelo capitalismo nas atividades de desenvolvimento das habilidades para o trabalhador, se colocando de forma dramática, onde ele se depara com a compreensão da própria alienação resultante de sua experiência pessoal e pela pressão influenciada e exercida pelo capitalismo (KUENZER, 2002, p. 3).

As mudanças das capacidades e habilidades para o desenvolvimento de competências complexas do trabalhador é para atender às exigências do processo de valorização do capital. Este busca superar os obstáculos decorrentes da fragmentação do trabalho, no que diz respeito às multitarefas realizadas pelo trabalhador, que ao mesmo tempo em que reduz sua atividade, os requisitos de qualificação e intensifica o uso da força de trabalho, sendo explorado ainda mais. Kuenzer (2002), afirma que a nova forma de organização do trabalho tem a finalidade de evitar todas as formas de desperdício que possa trazer prejuízos ao capital e ampliar as possibilidades de valorização.

Na aparente reconstituição da unidade do trabalho para enfrentar os limites da divisão técnica, se esconde sua maior precarização, exatamente porque a finalidade das novas formas de organização, ao ampliar as possibilidades de reprodução do capital, não supera, mas aprofundam a divisão entre capital e trabalho (KUENZER, 2002, p. 4).

No processo em que se encontra a reestruturação produtiva, está a reconstituição do trabalho pedagógico, numa tentativa de aproximar teoria e prática de modo a superar o trabalho realizado pelos especialistas. Contudo, essa ação não supera a função intrínseca que é da escola no capitalismo, uma vez que se constitui em mecanismo interno às práticas educativas, totalmente insuficientes para mudar o modo de produção do capitalismo responsável pela divisão.

A fragmentação do trabalho pedagógico só obterá êxitos, quando a contradição entre a classe dominante e a dominada for superada. A escola precisa compreender as diferentes formas de fragmentação existentes, tomando decisões estratégicas no modo de organização tanto no trabalho, quanto da pedagogia (KUENZER, 2002, p.5).

Segundo Kuenzer (2002), mesmo sendo necessária à ampliação do campo de atuação dos profissionais de educação, esta, não se faz suficiente para superar a

contradição do capital e do trabalho, se não for fundamentada por uma pedagogia que promova mudanças consistentes, será apenas a substituição do trabalhador especializado, pelo operário multitarefeiro, sem criatividade, vazio de conhecimentos técnicos e submisso ao capitalismo.

É necessária uma educação voltada para formação humana integral, a partir de uma formação fundamentada numa pedagogia emancipatória, onde a escola tem o dever de formar cidadãos críticos com autonomia intelectual e moral, articulada às demais formas de destruição das condições materiais que geram a exclusão (KUENZER, 2002, p.6).

O trabalho pedagógico, quanto conjunto das práticas sociais sistematizadas de formação humana individual ou em grupo, que ocorrem nas relações produtivas e sociais, mesmo se apresentando como uma das formas de construção não material através da reprodução do conhecimento, ainda sim se mostra como uma da forma de expressão no capitalismo (KUENZER, 2002).

Neste sentido, pode-se afirmar que a finalidade do trabalho pedagógico, articulado ao processo de trabalho capitalista, é o disciplinamento para a vida social e produtiva [...] configurando-se como uma transformação intelectual, cultural, política e ética (Libâneo, 1998, p. 22, apud Kuenzer, 2002, p.6).

Numa sociedade dividida em classes, onde as relações sociais são de exploração, com uma concepção de mundo consensual e tendo em vista a valorização do capital, o trabalho pedagógico desempenhará suas funções e demandas influenciadas pela superioridade do sistema capitalista.

Kuenzer (2002) faz uma análise sobre a exclusão includente e a inclusão excludente nas relações entre educação e trabalho. Ela diz que as demandas do capital exigem da educação a formação de um novo tipo de trabalhador com formação continuada, onde homens e mulheres flexíveis acompanham as mudanças e educando-se permanentemente.

A autora chama de exclusão includente a exclusão do trabalhador do mercado formal que, quando incluído, fica em condições precárias de trabalho, chama de inclusão excludente as estratégias de colocar todos na escola e os devidos padrões de qualidade que seriam:

[...] a formação de identidades autônomas, intelectual e eticamente capazes de responder e superar as demandas do capitalismo [...]. Assim, através dos processos de inclusão excludente, a educação escolar e não escolar se articula dialeticamente aos processos de exclusão includente existentes no mundo do trabalho, fornecendo ao capital, a força de trabalho

disciplinada técnica e socialmente, na medida das suas necessidades (KUENZER, 2002, p. 13-15).

O trabalho pedagógico, escolar e não escolar, ocorre nas e através das relações sociais e produtivas, ele não está imune às mesmas determinações. Enquanto não for historicamente superada a divisão entre capital e trabalho, não há possibilidade de existência de práticas pedagógicas autônomas. A educação destinada àqueles que estão sendo preparados para executar o trabalho é diferente da educação destinada à aqueles que vão conceber e controlar este processo uma vez que esta não é uma questão apenas pedagógica, mas política, determinada pelas mudanças nas bases materiais de produção, a partir do que se define a cada época uma relação peculiar entre trabalho e educação (KUENZER, 2002).

2.2 EXCLUSÃO/INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR

Na sociedade capitalista brasileira, pessoas com deficiência vêm sofrendo com atitudes discriminatórias e segregações produzidas pela sociedade ao longo dos tempos. Situação esta, agravada pela pobreza e pelo esquecimento do poder público. Essa realidade não é diferente em relação à exclusão que acontece no mundo, principalmente nas questões relacionadas a pessoas com deficiências de origem físicas ou mentais (FACCI et al., 2012).

A contradição entre inclusão/exclusão manifestada no campo social e da educação, no final do século XIX e início do século XX, faz ampliar as pressões populares por educação, que desempenham papel importante na expansão da rede escolar nos países capitalistas.

Gracindo et al., (2005) ressalta que historicamente a educação brasileira demonstra que o seu caráter excludente tem raízes fundadas no processo de formação da sociedade e que a exclusão escolar se encontra num contexto com outras formas de exclusão social (econômica política e cultural). Afirmar ainda que,

Mesmo a exclusão escolar tendo se constituído numa marca permanente até os dias atuais, ela não se configurou ou se configura da mesma maneira [...] Em alguns momentos ela é explicitada pela negação do acesso à classe trabalhadora ao saber escolarizado, em outros, combinado ao acesso restrito, materializa-se numa outra forma de exclusão [...] em que o poder público diferencia a escola destinada à classe dominante daquela destinada à classe trabalhadora (2005, p.13).

Nesse contexto, ao analisar que a exclusão educativa na perspectiva da escola influenciada pelo Estado, pode-se dizer que a escola se apresenta como sistema de ensino responsável ao serviço da classe dominante, onde a educação

destinada à classe trabalhadora se restringia a capacitação técnica para valorizar o capital, na preparação de mão de obra e pela desvalorização e segregação de indivíduos com aspectos diversos, sejam eles orgânicos físicos ou intelectuais. Com isso, o discurso passa a ser o da diferença social e do déficit (GRACINDO et al., 2005).

A autora ainda diz que as crianças da classe trabalhadora, tinha acesso diferenciado a um distinto universo pobre de conhecimento, em consequência da sua condição social, e que a escola privilegia o universo acessado pelas crianças das classes mais altas, através das práticas pedagógicas instituídas, reafirmando o terreno do preconceito e dos estereótipos sociais.

A exclusão escolar surge como um desdobramento da contradição do sistema capitalista, que necessita do espaço educativo como instrumento de manutenção de sua lógica, que procurando legitimar a dominação econômica através da dominação cultural, e se utiliza da escola como mecanismo de mediação para assegurar a estrutura de classes da sociedade capitalista (GRACINDO et al., 2005, p. 14).

Gracindo et al. (2005) diz que a exclusão escolar, considerada como resultado processual da exclusão social, é a mesma que alimenta essa exclusão com as desigualdades provenientes da estrutura de classes da sociedade, provocando a evasão no interior das escolas, além de muitas vezes travar o acesso de grandes contingentes de alunos ao ensino escolar.

A educação escolar desde o início naturaliza as diferenças entre as classes. Entretanto, a superação da exclusão, em grande parte, ainda é atribuída à escola, decorrente de condições históricas e objetivas que estão para além do espaço escolar ou seja, na sociedade. Nesse contexto, políticas de educação inclusiva têm sido amplamente divulgadas, sensibilizando alguns grupos sociais, promovendo a ideia de que a escola é um importante espaço responsável pela superação da exclusão social que marca a vida de muitas pessoas. Um discurso é paralelo a uma realidade social cada vez mais submissa a uma sociedade cada vez mais excludente (PERTILE; ROSSETTO, 2016).

2.3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O movimento mundial pela inclusão é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. Mas falar sobre educação inclusiva em nossa sociedade não é uma tarefa fácil, percebe-se

que a inclusão não é levada a sério no seu conceito real, seu sentido tem sido muito distorcido pelos mais diferentes segmentos educacionais, sendo agravado pelas diferenças entre as classes sociais, onde podemos perceber situações de ações inclusivas que são altamente excludentes.

Segundo os defensores da educação inclusiva é necessário que sua importância seja devidamente reconhecida. Pois, ela rompe com os padrões que sustentam as escolas, contesta os fundamentos dos sistemas educacionais, questiona os modelos ideais e perfis específicos de alunos e a seleção dos eleitos para frequentar ou não as escolas buscando cessar a produção de identidades que gera inserção e/ou exclusão.

Para Pertile; Rossetto (2016), a educação é um processo que envolve valores, transmissão e construção de relações sociais e precisa estar voltada para as transformações culturais da sociedade, onde as práticas educacionais devem ser de fato inclusivas e que efetivamente promovam conscientização, compreensão crítica e participação de todos.

Ainda justificando o papel da educação na inclusão, Partile; Rossetto (2016) diz que:

a educação estaria com a responsabilidade pela inserção de diversos grupos que vivem situações de exclusão, tanto em função de características físicas e sensoriais como pelo fato de serem marcados pelo preconceito e pela marginalização social [...] somente com as políticas de inclusão, projetos de intervenção em escolas e demais espaços educacionais bem-sucedidos dariam conta de resolver problemas sociais de origem econômica, constituídos historicamente (p. 338).

Entretanto, as políticas para a educação estão no conjunto das políticas sociais, que proclamam o discurso no campo da inclusão e no campo da educação. Sendo que ambas recomendam medidas que preservam o estado como era antes, evitando mudanças profundas que interfiram na hegemonia do capital (PERTILE; ROSSETTO, 2016).

[...] essas políticas não preveem mudanças nas bases estruturais da sociedade capitalista. De modo geral, se limitam à discussão de questões que propõem a convivência entre o respeito à diferença competitiva do mercado, defendem a existência de uma escola inclusiva, que promova a aceitação de todos numa realidade marcada pelo interesse no lucro, pela exclusão e pela indiferença em relação aos aspectos humanos. (PERTILE; ROSSETTO, 2016, p. 339).

Os autores reconhecem que a inclusão vem sendo utilizada para mascarar as contradições do capitalismo, para eles se trata de uma distorção dos fundamentos centrais desse paradigma. Isso pode ser evidenciado pelo

apontamento de que a defesa da inclusão tem sido apropriada apenas ao nível do discurso como justificativa para programar ações que visam mascarar problemas sociais (PINA, 2009).

Segundo Pertile; Rossetto (2016), as políticas educacionais tomaram uma conotação inclusiva que se intensificou nas discussões sobre a elaboração de políticas mais específicas, direcionadas a grupos sociais particulares, o que justifica a necessidade de ser estudada a direção e as finalidades dessas políticas, já que a inclusão é um movimento mundial de luta das pessoas com deficiências, de seus familiares e de todos aqueles que não têm as mesmas oportunidades na sociedade na busca dos seus direitos.

Facci et al. (2012), afirma que fatos historicamente relevantes com possibilidades e concretizações constitucionais aconteceram na década de 1980, onde foram criados em todo país vários órgãos que defendiam a integração de ações inclusivas. Contudo, foi na metade da década de 1990, que as discussões sobre inclusão social por meio da educação tiveram maior relevância.

Segundo Sassaki (1999), os movimentos pró-inclusão social tinham como objetivo a valorização da diversidade humana, acesso a qualidade de vida e lutas por um processo de reconstrução de uma sociedade, onde a inclusão supere as condições de exclusão a que estão sujeitos indivíduos pertencente a grupos historicamente discriminados, a exemplo das pessoas com algum déficit, sejam de natureza orgânica, físicos e mentais. Para o autor essa superação seria alcançada pela inclusão social se a sociedade passasse por um processo de adaptação para poder incluir pessoas com necessidades especiais em seus sistemas sociais gerais, e prepará-las para assumir seus papéis na sociedade.

A inclusão, portanto, é um processo que contribui para a construção de uma sociedade através de transformações pequenas e grandes, nos ambientes físicos (espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos e utensílios, mobiliário e meios de transporte) e na mentalidade de todas as pessoas, portanto, também do próprio portador de necessidades especiais (SASSAKI, 1999, p.42).

Contudo, inserir alunos com déficits de toda ordem, permanentes ou temporários, no ensino regular nada mais é do que garantir o direito de todos à educação como afirma Constituição. Isso significa que é para todos mesmo e para atingir o pleno desenvolvimento humano e o preparo para a cidadania, entende-se que essa educação não pode se realizar em ambientes segregados.

Nesse contexto, a Constituição de 1988 relata os direitos e deveres de todos em seus artigos como: “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art.3º inciso IV); a educação como direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania é dever do Estado e da família (art. 205); igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola (art.206 inciso I); e deve estender-se também ao atendimento educacional especializado aos deficientes preferencialmente na rede regular de ensino (art., 208, III)” (BRASIL, 1988).

Como observado, a educação inclusiva, embora apresente especificidades, não fica isenta das discussões em que se desenvolvem as políticas como um todo. O discurso da inclusão vem acompanhado da defesa do direito à diferença, da diversidade e da possibilidade de convivência, valores difundidos principalmente após a “Declaração Mundial de Educação para Todos” ¹, documento este que direcionou alguns países para a elaboração de seus Planos Nacionais de Educação. (UNESCO, 1990).

Num novo conceito de educação especial, políticas ensejam novas práticas de ensino, com vistas a atender as especificidades dos alunos e garantir o direito à educação a todos. Apontando para a necessidade de se opor a hegemonia de uma cultura escolar segregada e a possibilidade de se reinventar seus princípios e práticas escolares (RAPOLI, et al., 2010).

Em 2008, A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) foi elaborada segundo os preceitos de uma escola em que cada aluno tem a possibilidade de aprender, a partir de suas aptidões e capacidades, e em que o conhecimento se constrói sem resistência ou submissão ao que é selecionado para compor o currículo (BRASIL, 2008).

Nessa perspectiva, a educação inclusiva passa a constituir a proposta pedagógica da escola, definindo como seu público-alvo os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e habilidades/superdotação. Nestes casos e outros, que implicam em transtornos funcionais específicos, a educação especial

¹ Referencia ao documento como resultado da Conferência Mundial de Educação para Todos, ocorrida em Jomtien, na Tailândia (1990), e que foi um marco representativo das discussões em torno da necessidade de educar a todos, traçando metas no campo educacional ditadas pelo capitalismo internacional, que projeta o desenvolvimento dos países pobres por meio da educação.

atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos (BRASIL, 2008).

Nessa perspectiva, Rapoli et al.,(2010) afirma que:

A compreensão da educação especial está relacionada a uma concepção e a prática da escola comum que muda a lógica do processo de escolarização, a sua organização e o estatuto dos saberes que é objeto do ensino formal. Como modalidade que não substitui a escolarização de alunos com défices essa educação supõe uma escola que não exclui alunos que não atendam ao perfil idealizado institucionalmente (p.7).

A educação especial perpassa todos os níveis, etapas e demais modalidades de ensino, sem substituí-los, oferecendo aos seus alunos serviços, recursos e estratégias de acessibilidade ao ambiente e aos conhecimentos escolares. Nesse contexto, deixa de ser um sistema paralelo de ensino, com níveis e etapas próprias (RAPOLI, et al., 2010).

Mesmo com vários estudos sobre inclusão e a importância de todas as leis e documentos que defende a educação inclusiva da pessoa com deficiência, a falta de conhecimento aprofundado sobre o tema gera muita contradição entre a teoria e a prática de inclusão. A sociedade de modo geral precisa entender que a inclusão em si não é a erradicação de preconceitos, pois, para que isso aconteça é essencial que as relações interpessoais sejam esclarecidas, que as pessoas entendam que interpretações individuais sobre inclusão não é válido para todos, porque atrapalhar o processo de luta pela inclusão.

2.4 INTEGRAÇÃO VERSUS INCLUSÃO

Os movimentos em favor da integração de crianças com deficiência surgiram nos Países Nórdicos, em 1969, quando questionaram sobre as práticas sociais e escolares de segregação. Sua noção de base e princípio de normalização, não é específica da vida escolar, atinge um conjunto de manifestações e atividades humanas em todas as etapas da vida, sejam elas afetadas ou não por uma incapacidade, dificuldade ou inadaptção (MANTOAN, 2003).

Ainda segundo a autora, a discussão em torno da integração e da inclusão cria ainda inúmeras e infundáveis polêmicas, provocando professores e profissionais de diversas áreas que atuam no atendimento às pessoas com deficiência, com problemas escolares e de adaptação social. A “integração e inclusão”, mesmo tendo significados semelhantes, são empregadas para expressar situações de inserção

diferentes e se fundamentam em posicionamentos teórico-metodológicos divergentes.

A integração escolar tem sido entendida de diversas maneiras, esse processo refere-se mais especificamente à inserção de alunos com deficiência nas escolas comuns, alunos em escolas especiais para pessoas com deficiência, ou mesmo em classes especiais, grupos de lazer ou residências para deficientes.

A inclusão questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e da escola regular, mas também o próprio conceito de integração. Ela é incompatível com a integração, pois prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática onde todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular (MANTOAN, 2003).

Num contexto geral a integração, a inclusão e as escolas, têm objetivos semelhantes. A integração defende a inserção de um ou grupo de alunos que já foi anteriormente excluído, a inclusão luta para não deixar ninguém fora do ensino regular, desde o começo da vida escolar e as escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades (MANTOAN, 2003).

Já Sasaki (2010), afirma que Integração e inclusão são termos bem diferentes. O autor diz que integração, faz-se referência ao esforço unilateral das pessoas com deficiência, sua família, instituições especializadas e comunidades que abraçam a causa. Nesse caso, a responsabilidade é colocada sobre as pessoas com deficiência no sentido de se preparem para serem integradas às escolas regulares e chama a sociedade em geral a deixar o preconceito de lado e aceitar essas pessoas que realmente estejam preparadas a aceitar essa integração.

O termo inclusão vai além. Para incluir todas as pessoas, a própria sociedade deve ser modificada em relação às suas crenças e atitudes a fim de que sejam capazes de atender as necessidades de seus membros. Para que haja inclusão e não apenas integração, há barreiras da sociedade que precisam ser eliminadas, a fim de que não impeçam o desenvolvimento das pessoas e sua inserção social, como inclusões escolares e profissionais (SASSAKI, 2010).

A inclusão não é vista como um ingresso a ser pago pela pessoa com deficiência, mas um meio de poderem fazer parte da sociedade. Essas barreiras se manifestam por meio de: ambientes restritivos; padrões de normalidade; objetos e bens inacessíveis do ponto de vista físico; desinformação sobre necessidades

especiais e sobre direitos das pessoas que possuem necessidades; práticas discriminatórias em muitos setores da atividade humana como transporte coletivo, locais de lazer, empresas e escolas (SASSAKI, 2010).

Por tudo isso, a inclusão implica em mudanças de perspectiva social e educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente geral.

2.5 A INCLUSÃO NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

A Educação Física representa uma importante possibilidade de acesso à cultura corporal, onde o acesso às informações, vivências e valores compreendidos como um direito do cidadão, na construção e utilização de instrumentos para promover expressão de afetos e sentimentos, em diversos contextos de convivência, ou seja, são recursos valiosos para a integração entre diferentes grupos étnicos e sociais onde a Educação Física se constitui num instrumento de acesso à cultura, inserção social, exercício da cidadania e melhoria da qualidade de vida.

Segundo as Orientações Teórico - Metodológicas (2010)² a Educação Física busca contribuir numa importante reflexão sobre a cultura corporal nas grandes camadas populares da sociedade, através do desenvolvimento de prática pedagógica sobre valores essenciais, onde o individualismo é substituído pela solidariedade e cooperação, enfatiza a liberdade de expressão de movimentos, nega a dominação e submissão do homem pelo homem e levam-nos a conhecer, valorizar, respeitar e desfrutar da pluralidade de manifestações de cultura corporal de forma ampla no mundo.

[...] refletir sobre cultura corporal, percebendo-a como recurso valioso para a integração entre pessoas e entre diferentes grupos sociais e étnicos; reconhecendo e respeitando as diversidades que existentes nos diferentes grupos sociais compreendendo sua inserção dentro da cultura em que são produzidos. Conhecer, organizar e interferir no espaço de forma autônoma reivindicando locais adequados para promover atividades corporais de lazer, reconhecendo-as como uma necessidade do ser humano e um direito do cidadão, em busca de uma melhor qualidade de vida (OTM'S, 2010, p. 22).

O Coletivo De Autores (1992), também deixa claro sua reflexão sobre a cultura corporal e defende que a mesma deve ser ensinada e aprendida pelos

² As **Orientações Teórico-Metodológicas** (OTMs) é um documento que tem como proposta de ação a contribuição para qualificação da prática pedagógica dos profissionais da Educação Física.

alunos na dimensão do saber (tentar) fazer, incluindo o agir e o saber sobre esses conteúdos, onde essa vivência das práticas corporais reflete diretamente sobre as relações dos indivíduos com o mundo no âmbito da cultura, a política, a economia e a sociedade em geral.

As OTM'S (2010)³ dizem que é importante entendermos que as práticas corporais são, social e historicamente, produções humanas que subsidiam as aulas de Educação Física no interior da escola de Educação Básica, oferecendo-lhe assim um corpo de conhecimento específico para esse componente curricular. Assim, segundo o Coletivo de Autores (1992), a Educação Física "busca desenvolver uma reflexão pedagógica sobre o acervo de formas de representação do mundo que o homem tem produzido no decorrer da história, exteriorizadas pela expressão corporal, historicamente criada e culturalmente desenvolvida".

estruturar um programa de Educação Física ou de outra disciplina e selecionar os seus conteúdos é um problema metodológico básico, uma vez que, quando se aponta o conhecimento e os métodos para sua assimilação, se evidencia a natureza do pensamento teórico que se pretende desenvolver nos alunos (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 41).

Na sociedade, as relações sociais se dão com diferentes pessoas e, nas escolas, como parte integrante da sociedade, não poderia ser diferente. Todos devem ser atendidos por uma escola democrática e de qualidade. Precisamos romper as barreiras estruturais e principalmente atitudinais que dificultam a inclusão de fato.

Para Carvalho (1998), todos, sem exceção, devem participar da vida nas escolas e em classes regulares onde deve ser desenvolvido o trabalho pedagógico indiscriminadamente. No entanto, apesar de um discurso inclusivo no cotidiano escolar é notório as mais variadas demonstrações e práticas excludentes. Principalmente nos dias atuais, onde alunos com diversos défices e com dificuldades, obesos, negros, pobres, índios entre outros compõem o universo escolar.

Para Stainback (1999), o ensino inclusivo é a prática da inclusão de todos, independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou origem cultural, em escolas onde todas as necessidades dos alunos são satisfeitas.

A escola é vista como uma instituição que existe com o propósito de organizar conteúdos de forma sistematizada importantes nos processos de ensino-

³ PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. **Orientações Teórico-Metodológicas** – Educação Física – Ensino Fundamental e Ensino Médio. Recife, 2010.

aprendizagem dos alunos de forma integral e homogeneia. Esse conhecimento pode ser individual ou coletivo, de forma que eles desenvolvam as competências necessárias para se transformarem em cidadãos plenos inseridos na sociedade.

A escola pode tornar-se espaço de reprodução da sociedade capitalista ou pode contribuir na transformação da sociedade dependendo do nível de participação nas decisões que os envolvidos têm, da maneira como os conteúdos são selecionados (sua relevância e caráter humanizador), da forma como são discutidos, apresentados e inseridos no planejamento e como são ensinados (MARSIGLIA, 2011, p. 10).

A escola tem como umas de suas funções, difundir o conhecimento através da aprendizagem, garantindo aos seus alunos habilidades e valores necessários para fomentar suas relações dentro da sociedade. A própria Educação Física não estar desconectada do que é previsto para a escola, pois se encontra totalmente inserida no desenvolvimento integral dos alunos.

A Educação Física enquanto importante componente curricular do sistema educacional básico nacional tem por finalidade a construção de conhecimentos a respeito do corpo e suas possibilidades de movimento, considerando as múltiplas dimensões humanas, como a afetiva, física e psicológica, além do contexto histórico, social, cultural e político-econômico no qual se insere (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

[...] entende-se que a educação básica objetiva o desenvolvimento do educando, por via de uma formação comum indispensável para o exercício da cidadania, e não pela construção de especialidades de conhecimento, levando-o à evolução, organização e conscientização dos seus pensamentos nos níveis da constatação, interpretação, compreensão e explicação, fornecendo-lhe meios para progredir nos estudos. (OTM, 2010, p. 16)

Para o desempenho dessa função, o docente fica incumbido de elaborar aulas que permitam a participação de todos, adaptando as atividades de forma a estimular as potencialidades de cada aluno, independente das diferenças que os mesmos possam apresentar. Sua prática corporal desenvolverá em seus praticantes, características físicas, psíquicas, motoras e cognitivas que contribuirá na formação do caráter, personalidade moral e no fortalecimento das relações humanas.

A Educação Física, deve se valer das responsabilidades atribuídas na tarefa de formação para a cidadania, procurando estudar os sujeitos envolvidos no processo de aprendizagem, reconhecer a funcionalidade da escola, analisar

aspectos legais, pedagógicos, históricos e sociológicos e os diversos pilares dos seus saberes escolares no processo de ensino-aprendizagem. Buscando formação crítica e ressignificação dos conhecimentos da cultura corporal através da Ginástica, Jogo, Luta, Dança e o Esporte. Esse conjunto de conhecimentos, ensino e práticas construídos historicamente, merece ser preservado e transmitido às novas gerações (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

na perspectiva da reflexão, a expressão corporal é uma linguagem, um conhecimento universal, patrimônio da humanidade que igualmente precisa ser transmitido e assimilado pelos alunos na escola. É, portanto, através da expressão corporal enquanto linguagem que será mediado o processo de sociabilização das crianças e jovens na busca da apreensão e atuação autônoma e crítica na realidade, através do conhecimento sistematizado, ampliado, aprofundado, especificamente no âmbito da cultura corporal (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p.73).

Entretanto, há situações onde a própria cultura corporal é excludente nas aulas prática de Educação Física Escolar. Cada vez mais as aulas de educação física tem se voltado para a competição, aumentando ainda mais o individualismo e o egocentrismo. Durante as aulas, enquanto para alguns alunos o ambiente propicia de imediato à valorização de certas habilidades/competências, para aqueles que não as possuem são desvalorizados evidenciando uma forma de exclusão.

Educação Física Escolar, como ocorre com a Educação, sofreu e sofre influências de tendências e concepções variadas, as quais serviram aos interesses do estado como instrumento ideológico do sistema econômico dominante. Para Castellani (1988, p.11), a Educação Física, muitas vezes, “tem servido de poderoso instrumento ideológico e de manipulação para que as pessoas continuem alienadas e impotentes diante da necessidade de verdadeiras transformações no seio da sociedade”.

Com isso a Educação Física urgentemente necessita tratar seu aluno como um corpo por inteiro, devendo possuir um olhar não somente para as realizações motoras, mas, sobretudo pela corporeidade, não perdendo essa visão sobre o que é corpo e os movimentos que realiza. Tal processo resgata o processo educativo e significativo para a vida deste ser criança oportunizando com isso sua humanização.

a expectativa da Educação Física escolar, que tem como objeto a reflexão sobre a cultura corporal, contribui para a afirmação dos interesses de classe das camadas populares, na medida em que desenvolve uma reflexão pedagógica sobre valores como solidariedade substituindo individualismo, cooperação confrontando a disputa, distribuição em confronto com apropriação, sobretudo enfatizando a liberdade de expressão dos

movimentos - a emancipação -, negando a dominação e submissão do homem pelo homem (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 27).

A Educação Física na escola uma área que possibilita importantes ações pedagógicas que auxiliam na inclusão. Segundo os PCN'S (1997) ⁴ através da Educação Física se permite a participação de crianças e jovens em atividades físicas adequadas às suas possibilidades, proporcionando que sejam valorizados dentro dos seus respectivos potenciais individuais e através desses se integrem num mesmo mundo. Para Rodrigues (2003), a Educação Física não pode ficar indiferente ou neutra ao movimento de Educação Inclusiva, já que a mesma faz parte integrante do currículo oferecido pela escola, esta disciplina pode-se constituir como um adjuvante ou um obstáculo adicional a que a escola seja ou se torne mais inclusiva.

A Educação Física melhora a qualidade de vida do indivíduo, além de proporcionar prazer/lazer sem desconsiderar na prática a deficiência e limites do mesmo, mas evidencia a eficiência e as possibilidades. Com o desenvolvimento de uma Educação Física Inclusiva às pessoas com deficiência e/ou excluídas da sociedade, se demonstra à mesma sociedade que todo cidadão, independentemente do posto social, com ou sem deficiência, possui seus respectivos limites, porém todos são capazes de viver com eles e melhorá-los com a prática de alguma atividade física, sem que a sociedade destine um olhar com tom de julgamento preconceituoso ou, até mesmo, de compaixão. Assim evitando qualquer forma de exclusão (CIDADE; FREITAS 1997).

Segundo os PCN'S, (1997) a legislação determina o direito de todos à educação e a inclusão das pessoas com deficiência no processo educacional.

[...] nesse processo, a Educação Física é primordial, pois age no desenvolver educativo como um todo, associando o corpo e a mente, aprimorando as habilidades físicas, morais e sociais de cada educando; utilizada de maneira bem aplicada é uma das melhores e mais prazerosas formas de inclusão. Na escola, portanto, quem deve determinar o caráter de cada dinâmica coletiva é o professor, a fim de viabilizar a inclusão de todos os alunos. Esse é um dos aspectos que diferencia a prática corporal dentro e fora da escola (p. 30).

A Educação Física como a que temos hoje, passou e passa por diversos fatos históricos. Historicamente a Política Nacional de Educação Especial garante o

⁴BRASIL. **Ministério da Educação e Desporto**. Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Fundamental – Educação Física. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1997.

ensino regular aos estudantes com deficiências intelectuais, físicas, auditivas, visuais e com transtorno do espectro autista (TEA), desde a educação infantil até o ensino superior.

mas é válido ressaltar que a inclusão no viés histórico não era muito favorecida, ou seja, a Educação Física nas abordagens Militar e Higienista faziam a exclusão dos mesmos, pois aqueles que não estavam nos padrões de normalidade ou que tivessem algum tipo de deficiência eram proibidos de participar das aulas. Houve também a abordagem Tecnista, onde a exclusão era presente, pois os únicos valorizados nas aulas de Educação Física eram os mais habilidosos. Esse antagonismo tem, obviamente, enorme repercussões na forma como são encaradas as pessoas com necessidades especiais. (RODRIGUES, 2001, p. 23)

Para Santos et al. (2017) as dificuldades de consolidar a inclusão na Educação Física Escolar não podem ser atribuídas apenas às dificuldades de trabalhos específicos com pessoas com alguma condição de deficiência, mas refletem um contexto histórico da Educação Física no qual a heterogeneidade foi negada em busca de um padrão físico e motor almejado. Necessita-se, nesse momento, de continua abertura da prática docente às reflexões proporcionadas pelo campo acadêmico tanto de propostas para a área da Educação Física Escolar quanto para fundamentar a prática docente adequada para as diversidades apresentadas pelos alunos.

A Educação Física Escolar vigente foi encarregada de se estabelecer por embasamentos inclusivos, sendo a efetivação de sua prática segundo as definições acadêmicas e políticas estabelecidas acima apresentadas, dependente da superação de um passado de rejeições e exclusões. . Nessa perspectiva, através dos documentos norteadores da educação básica para Educação Física, busca-se saber como estes se convergem em relação à exclusão/inclusão escolar e do ponto de vista didático-pedagógico como eles propõem essa Educação Física inclusiva.

AS CONCEPÇÕES DE EXCLUSÃO/INCLUSÃO PRESENTES NOS PARÂMETROS CURRÍCULARES DE PERNAMBUCO 2013, PARÂMETROS NA SALA DE AULA - EDUCAÇÃO FÍSICA 2013 E DO CURRÍCULO DE PERNAMBUCO 2019.

Na área de Educação Física Escolar há muitas discussões sobre os conteúdos que devem ser trabalhados pelos professores, as abordagens e áreas de conhecimento que ela abrange. Dentro desse contexto, estuda-se o corpo em movimento e para isso adotamos conteúdos das áreas mais diversas como as médicas, as biológicas e humanas entre outras. Como destacado pelo Coletivo de Autores (1992), o nosso ponto chave é o ser humano historicamente criado e culturalmente desenvolvido de uma maneira integral e única.

Dentro de suas citações o Coletivo de Autores (1992) nos mostra uma nova tentativa de inovar e buscar uma nova reflexão para a Educação Física quando destaca no passado a perspectiva da Educação Física, que tinha como objetivo o desenvolvimento da aptidão física do homem, onde essa perspectiva se aliava aos interesses da classe dominante que contribuía para conservar estrutura da sociedade capitalista.

Num breve contexto histórico podemos apontar que a Educação Física sugerida por Rui Barbosa, em 1854 como disciplina no currículo nacional de educação, inicialmente teve sua prática fundamentada no alcance de aptidões físicas por meio de exercícios ginásticos aplicados segundo os interesses das classes que a exploravam. Dessa forma, os médicos utilizavam suas atividades com o propósito de desenvolver cuidados necessários a um progresso civilizatório pela formação de uma população forte e saudável. Os políticos e militares as direcionavam para disciplinar o corpo e a moral, visando à manutenção da ordem política e o preparo físico para a força de trabalho, enquanto alguns educadores enfatizava sua atuação destinada à formação humana. Na proximidade à década de 1970, os esportes predominaram como conteúdo da Educação Física com um caráter de busca ao alto rendimento a partir da aprendizagem de habilidades motoras especializadas, em meio a um governo ditatorial militar que almejava a formação de atletas para a representação do país e a alienação da população às questões políticas vigentes (CASTELLANI FILHO, 1998; LINHALES, 2009).

Para Silva e Araújo (2012) a Educação Física era submetida a uma exploração fundamentada na padronização de corpos e funções para o alcance do

alto rendimento e mantinha-se seletiva e excludente, não possibilitando relevante participação de pessoas que apresentassem características diferentes ao físico e funções almejados, dentre elas, a pessoa com deficiência.

Sendo assim, o principal objetivo da Educação Física escolar era o desenvolvimento de aptidões esportivas. Segundo o PCPE (2013)⁵ as aulas de Educação Física assumiram modelos esportivos de competição e alto rendimento, busca por recordes, seleção de talentos, exclusão daqueles que não tinham perfil, regulamentação rígida e a racionalização de meios e técnicas.

No entanto a década de 1980 trouxe consigo ideais transformadores com a ampliação do movimento de luta política pelos direitos humanos, inclusive da pessoa com deficiência, instigando o desencadear de ações legais que oficializaram uma proposta inclusiva no território nacional e em seus contextos sócio educacionais. Contudo, nessa mesma década, sabemos que o Brasil não passou a ser um competidor de elite internacional e nem tão pouco aumentou o número de adeptos a atividades físicas. Então, iniciou-se uma crise de identidade no discurso da Educação Física, que originou uma mudança nas políticas educacionais.

Essa abertura política ocorrida no Brasil permitiu que diversos profissionais da Educação Física produzissem uma crítica ao papel que a área havia historicamente desempenhado no país, o chamado movimento renovador (PERNAMBUCO, 2013).

[...] o movimento renovador passou a questionar a ação desse modelo excludente e essencialmente biológico de Educação Física, exigindo uma ação-reflexão-nova ação sobre as diversas práticas corporais que, para além dos aspectos técnicos, enfatizasse suas dimensões políticas, sociais e culturais (PERNAMBUCO, 2013, p. 24-25).

Segundo Darido (2003 apud Pernambuco, 2013) o movimento renovador foi responsável em construir e organizar novas perspectivas de ensino de Educação Física no âmbito escolar que, apesar das diferenças teóricas e metodológicas, buscaram romper com o padrão da aptidão física, ou seja, acabar com o modelo mecanicista, esportivista de tratar as práticas corporais no ambiente escolar.

O PCPE (2013) dialogando com o COLETIVO DE AUTORES (1992), defende no ambiente escolar, uma Educação Física com conhecimentos ampliados sobre as práticas corporais, promovendo ação-reflexão-nova ação, pertinente ao

⁵ PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. **Parâmetros Curriculares para a educação básica do estado de Pernambuco**. Recife, 2013.

sujeito no processo de ensino-aprendizagem, com objetivo de possibilitar aos estudantes o acesso a esse rico patrimônio cultural humano buscando formação crítica e ressignificação dos conhecimentos da cultura corporal do movimento através da Ginástica, Jogo, Luta, Dança e o Esporte.

Nesse contexto, pode-se afirmar que a Educação Física promove no sujeito à reflexão crítica sobre conhecimentos em relação às práticas corporais, necessária no processo de ensino-aprendizagem sobre:

[...] o consumismo, o racismo, a ética, as questões de gênero e orientação sexual, sobre seu próprio corpo, os padrões de beleza, a competição exacerbada, o individualismo, a exclusão, as violências, o uso de drogas, o doping, a prevenção de doenças, a melhoria da saúde, o meio-ambiente, a pluralidade cultural, a vivência do tempo do lazer e outras questões fundamentais (PERNAMBUCO, 2013, p. 26).

Com base em muitos estudos sobre educação, entende-se que durante o processo de desenvolvimento humano, a educação escolar tornou-se necessária e cada vez mais responsável na transmissão de conhecimento capacitando o indivíduo a pensar de maneira mais reflexiva. Pensar em educação escolar exige entendê-la como inserida no processo do desenvolvimento do indivíduo pertencente ao gênero humano. De acordo Leontiev (1978)⁶ o homem se insere num contexto que possibilita o surgimento de necessidades, entre elas, a de se apropriar das condições sociais por meio da linguagem, valores, comportamentos, o que se dá por meio das atividades educativas. Logo, entende-se que é através da educação que asseguramos um desenvolvimento multilateral e harmonioso que dê a cada um a possibilidade de participar enquanto criador em todas as manifestações de vida humana.

Contudo, as mudanças e os desafios do mundo globalizado exigem no contexto educacional que a escola enquanto instituição formadora busque adaptar-se aos novos valores culturais que a sociedade vem experimentando e busquem documentos que orientem novas práticas pedagógicas que auxiliem e desenvolvam nos estudantes competências e habilidades para enfrentar desafios e resolver problemas nos diversos espaços e tempos da sociedade.

⁶ LEONTIEV, Alexis. **O Desenvolvimento do Psiquismo**. Lisboa: Horizonte, 1978.

3.1 AS RELAÇÕES DE INCLUSÃO NOS DOCUMENTOS NORTEADORES DA EDUCAÇÃO FÍSICA.

A perspectiva da inclusão expressa nos documentos oficiais vai de encontro com a realidade de exclusão que se objetiva diante de determinadas contradições do capitalismo contemporâneo. Este, amplamente marcado pelas premissas de globalização e os impactos com as novas tecnologias. No entanto, as políticas de inclusão vêm buscando através da educação, meios de defender direitos de grupos minoritários e levar proposta de resolução de problemas sociais impulsionados por um novo olhar, conceitos e, sobretudo, novas posturas no campo educacional conectados com as diversas formas de produção do conhecimento.

Reconhecendo a educação como um direito humano, há uma convergência entre os Parâmetros Curriculares da Educação Básica de Pernambuco 2013 - PCPE, Parâmetros Na Sala De Aula - Educação Física 2013- PSA e o Currículo De Pernambuco 2019 - CP. Ambos têm como eixos norteadores o fortalecimento de uma sociedade democrática, igualitária e socialmente justa. Para tanto, adotam como princípios orientadores a equidade e excelência, formação integral, educação em direitos humanos e inclusão.

Cada documento norteador traz em suas páginas conteúdos que auxiliam na capacidade de intervir e transformar do docente, contribuição para a ampliação do conhecimento de mundo dos estudantes, a participação na vida social e o meio em que vive. Além de possibilitar o contato com diversas culturas, promovendo vivências que propiciam experiências em diferentes campos da atividade humana e diálogos em suas mais diversas formas de manifestações e produção do conhecimento.

3.1.1 PARÂMETROS CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO 2013 - PCPE⁷.

É um documento que tem como o objetivo de orientar o processo de ensino e aprendizagem, as práticas pedagógicas nas salas de aula, a sistematização dos conhecimentos desenvolvidos na sociedade e o desenvolvimento integral do ser humano que se compromete com o diálogo entre os diversos conhecimentos culturais e a realidade dos estudantes. Esse desenvolvimento integral está

⁷ PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. **Parâmetros Curriculares para a educação básica do estado de Pernambuco**. Recife, 2013.

relacionado com o respeito às diversidades culturais, religiosas, étnicas, raciais, sexuais e de gênero, mas também uma estratégia formativa para o desenvolvimento de crianças, jovens e adultos nas suas multidimensionalidades.

O PCPE (2013) fundamentado no Coletivo de Autores (1992, 2012) defende uma concepção crítico-superadora do ensino da educação física na escola. Essa afirmação se dá baseada na compreensão de que, historicamente, documentos elaborados para a Educação Física em Pernambuco são inspirados essencialmente nesse paradigma, e por essa perspectiva ser a que mais avançou na sistematização e no trato do conhecimento da Educação Física em escolas brasileiras. Isso significa vivenciar as práticas corporais e refletir sobre suas relações com o mundo, a cultura, a política, a economia e a sociedade em geral.

[...] nesse sentido, defendemos a presença, no ambiente escolar, de uma Educação Física que promova a ação-reflexão-nova ação sobre as práticas corporais, a cultura corporal, em busca de uma formação crítico-superadora dos estudantes. A cultura corporal deve ser ensinada e aprendida pelos estudantes na dimensão do saber (tentar) fazer, mas também deve incluir o agir e o saber sobre esses conteúdos (PERNAMBUCO, 2013, p. 25).

A partir destes pressupostos, entende-se que os alunos vivenciam diferentes ritmos e tempos de aprendizagens e que há uma variação de aluno para aluno, ou de um contexto para outro e como os conhecimentos são repassados durante o processo de ensino-aprendizagem. Esse processo deve estar sempre presente no desenvolvimento e nas intervenções pedagógicas, com conteúdos sistematizados de acordo com a realidade, necessidades e interesses dos alunos, de forma coerente a fim de promover uma relação entre o contexto sócio-cultural e a sistematização, possibilitando o processo de construção da cidadania, aumentando o repertório de conhecimento, habilidade, compreensão e reflexão sobre a cultura corporal sem distinção (PERNAMBUCO, 2013).

A Educação Física é uma disciplina de extrema importância no currículo da educação básica, tem sua proposta pautada sobre o ensino da cultura corporal, no qual o aluno deverá vivenciar e refletir a maior variedade de elementos desta cultura criando, recriando e se reinventando. Diante desse entendimento, se fez necessário uma análise mais profunda das orientações pedagógicas do PCPE (2013). Esse aprofundamento se deu através da elaboração dos Parâmetros Curriculares na Sala de Aula (2013), uma revisão e aprimoramento da prática pedagógica da Educação

Física nas escolas na perspectiva de inclusão de estudantes com necessidades especiais no Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos.

3.1.2 PARÂMETROS CURRICULARES NA SALA DE AULA: EDUCAÇÃO FÍSICA, 2013 - PSA⁸.

Articulado com o PCPE (2013) os Parâmetros Curriculares na Sala de Aula-PSA (2013) fazem uma análise mais aprofundada sobre a perspectiva da cultura corporal, defendendo a organização em ciclos do trabalho com os conhecimentos da Educação Física, apresentando seus eixos, Esporte, Luta, Jogo, Dança e Ginástica, em acordo com as Expectativas de Aprendizagem e os anos de escolarização, sugere orientações pedagógicas, práticas interdisciplinares e fala sobre a inclusão e a avaliação em Educação Física.

Diferente do PCPE (2013), os Parâmetros em Sala de Aula mostram com clareza que a Educação Física possui referências teóricas e metodológicas, que também incluem os Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (ENEES), defende nas escolas práticas pedagógicas com uma educação livre de preconceitos, reconhecendo e valorizando as diferenças e a singularidade dos seres humanos. O documento fala sobre a importância de práticas pedagógicas afirmando que as ações pedagógicas necessitam do desenvolvimento do espírito de solidariedade, cooperação e coletividade “neste rumo, o caminho não consiste em conceber o estudante em razão da sua deficiência, mas, sim, procurar instrumentalizá-lo para que possa desenvolver-se na medida de suas capacidades cognoscitivas” (PERNAMBUCO, 2013, p 66).

Lorenzini et al. (2013) citado por Pernambuco (2013) dizem que os docentes não são obrigados a conhecer todas as deficiências, no entanto eles precisam compreender e desenvolver trabalhos pedagógicos como objetivo de atender a todos sem distinção, garantindo igualdade de condições durante as aulas, num mesmo espaço e tempo para que todos participem das atividades. Para uma efetiva inclusão dos ENEES, faz-se necessário repensar a Escola e reconhecê-la como espaço e tempo para esses alunos, investindo no desenvolvimento da aprendizagem, tanto no que eles já sabem fazer, e principalmente no que ele poderá

⁸ PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. **Parâmetros Curriculares da sala de aula: Educação Física – Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos**, 2013. Documentos articulado com Parâmetros Curriculares do Estado de Pernambuco, 2013.

vir a fazer. A autora ainda afirma em seus estudos, que no ensino especial ou no ensino regular, uma diagnose possibilita aos professores identificarem em sua turma as características individuais dos estudantes e da realidade coletiva, conhecendo as diferenças nas particularidades de cada deficiência e facilitando sua ação pedagógica em relação aos estudantes, relacionando os diversos elementos que interferem no processo de ensino-aprendizagem nos aspectos sócio-políticos, organizacionais, normativos ou estruturais.

Ao analisar aspectos presentes nas discussões e elaboração do Projeto Político Pedagógico – PPP, contidas em estudos sobre Educação, Lorenzini et al.(2013) afirma que não existe o método correto, e sim um método adequado para determinada situação educacional do processo de ensino-aprendizagem. Para autora citada por Pernambuco (2013), a didática para incluir os ENEEs nas práticas corporais considera-se necessário:

[...] não utilizar métodos de ensino tradicionais nos quais o docente é o sujeito que comanda e o aluno é o objeto a ser comandado; trabalhar com uma metodologia de ensino crítica, na qual o docente e o discente aprendem juntos, num processo participativo com troca de conhecimentos; favorecer a inclusão de todos na sistematização dos conteúdos da Educação Física escolar, construindo, coletivamente, em aula, possibilidades de práticas de dança, jogo, luta, ginástica e esporte de forma participativa, negociada, dialogada; realizar, sempre que necessárias, adaptações no espaço físico, nas regras/normas da atividade, nos materiais didáticos, na forma de comunicação com os estudantes; tratar a inclusão como um solo fértil para críticas, questionamentos, reflexões, levando a Escola a abrir suas portas para todos [...] lidar, no processo de ensino-aprendizagem com o erro, transformando o insucesso do estudante em possibilidades de aprendizagens, assim como alterar os encaminhamentos metodológicos que vêm se caracterizando pouco produtivos; Estudar e materializar as condições das escolas regulares para receber os ENEEs, tanto no que se refere à estrutura arquitetônica quanto às possibilidades didático metodológicas (p. 68-69).

Em síntese, a Educação Física Escolar necessita atender a todos os discentes, adequando processos para possibilitar a inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais. E uma Educação Física inclusiva pode contribuir com uma cultura de trabalho colaborativo, que precisa ser construída na Escola, em prol da melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem nas escolas inclusivas (PERNAMBUCO, 2013).

Uma sociedade na qual se respeita a diversidade e ao mesmo tempo em que atende a maioria de suas necessidades está dentro das características de uma sociedade inclusiva. Ainda existem muitas dificuldades a serem superadas e dúvidas a serem esclarecidas, mas entende-se que para haver uma alteração á nível de

estrutura escolar, adaptação curricular e preparação profissional deverão acontecer, primeiramente, a mudança de mentalidade.

Se realmente desejamos uma sociedade justa e igualitária, em que todas as pessoas tenham valores iguais e direitos iguais, precisamos reavaliar a maneira como operamos em nossas escolas, para proporcionar aos alunos com deficiência as oportunidades e habilidades para participar da nova sociedade que está surgindo (STAINBACK; STAINBACK, 1999, p. 29).

É importante lembrar que as diferenças se fazem iguais quando essas pessoas são colocadas em um grupo que as aceite, pois nos acrescentam valores morais e de respeito ao próximo, com todos tendo os mesmos direitos e recebendo as mesmas oportunidades. Entender as necessidades auxilia na compreensão das necessidades do próximo, cria ambiente mais favorável para que todos possam desenvolver seus potenciais. Segundo Pernambuco (2019) o processo de ensino-aprendizagem passou a exigir das práticas pedagógicas a organização de um currículo voltado para o desenvolvimento de competências e habilidades, novas formas de apropriação e compreensão de conhecimentos e saberes que possibilitem a formação dos sujeitos numa perspectiva integral, dinâmica e contemporânea.

Nos Parâmetros Curriculares para educação básica de (2013) e uma análise aprofundada dos seus conteúdos no documento Parâmetros Curriculares na Sala de Aula (2013) mostram importantes contribuições no processo inicial de superação da exclusão/inclusão por meio das ações pedagógicas. Contudo, esse processo não é fácil, já que a exclusão/inclusão é um processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacional e subjetiva. Logo, se faz essencial que o estado promova políticas públicas que assegurem a permanência com sucesso do estudante na escola, com educação de qualidade que busque se adequar às reais necessidades dos alunos do ensino regular e da educação especial.

Observando os documentos com as OTM'S (2010), o livro Coletivos de Autores (1992), estudos nos Parâmetros Curriculares para a Educação Básica do Estado de Pernambuco 2013 e os Parâmetros Curriculares na Sala de Aula – Educação Física - Ensino Fundamental, Ensino Médio 2013 como já citado acima mostram que nas últimas décadas, a Educação Física tem sofrido mudanças significativas em suas bases teórico-metodológicas nas ações pedagógicas para a cultura corporal. Diante dessas mudanças, se fez necessário novos estudos para

possíveis reformulações e/ou complemento nos documentos norteadores que auxiliam na Educação Básica do Estado de Pernambuco.

3.1.3 CURRÍCULO DE PERNAMBUCO 2019 - CP⁹.

Tomando com base os demais documentos norteadores da Educação Básica de Pernambuco, já apresentados para auxiliar na orientação metodológica para práticas pedagógicas no processo de ensino-aprendizagem, o Currículo de Pernambuco Caderno de Linguagens (2019) até o momento, foi o que mais trouxe recursos informativos sobre a importância da inclusão e combate da exclusão na educação escolar. O documento mostra com nitidez a importância do processo de ensino-aprendizagem, na valorização das diferenças de cada indivíduo, no respeito à dignidade da pessoa humana e na perspectiva de uma escola plural e inclusiva.

CP (2019) considera a equidade e a excelência como princípios norteadores e compreender que “[...] todos têm direito à aprendizagem e que as necessidades de uns diferem das de outros, cabendo ao sistema educacional atender a todos, em suas especificidades, com qualidade” (p.13). Contudo, a excelência nas aprendizagens só faz sentido se acompanhada de respeito à igualdade de direitos, se não for dessa forma, o acesso à educação não será o suficiente para a promoção da justiça e da inclusão social como também não será para a consolidação da democracia.

PERNAMBUCO (2019) reafirma que:

[...] essencial à promoção de políticas públicas que assegurem a permanência dos estudantes na escola, com processos educativos de qualidade e adequados às reais necessidades de cada um, caso contrário, esses estudantes serão impedidos de ter acesso aos bens sociais e culturais, e com isso serem excluídos da vida do trabalho e do pleno exercício da cidadania (p. 14-15).

Para que essa ação de exclusão não ocorra, se faz necessário uma educação de qualidade aliada com a inclusão de forma integral, visando ao desenvolvimento do sujeito em todas as suas dimensões, cognitivamente, social, emocional, cultural e fisicamente.

Partindo do princípio de que todas as pessoas são iguais perante a lei, onde as diferenças são partes integrantes de cada um e que as especificidades devem

⁹ PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. **Currículo de Pernambuco Caderno de Linguagens**. Recife, 2019.

ser consideradas e respeitadas em todo processo social, cultural e educativo, ao se falar de inclusão, pressupõe-se o respeito às diversidades, a valorização das diferenças e a necessidade de se repensar as práticas pedagógicas, considerando as especificidades de cada estudante e seu projeto de vida, possibilitando o acolhimento e a aprendizagem de todos no espaço plural (BRASIL, 2015).

A Política de inclusão defendida por Pernambuco (2019) propõe uma transformação social na educação que possibilita a cada estudante reconhecerem suas singularidades como parte constituinte do ser humano, contribuindo para a efetivação e exercício de sua plena cidadania. Assim, é importante que se destaque a materialização de uma educação inclusiva como um dos maiores desafios da atualidade para a Educação e, assim, para a Educação Física; haja vista seu reconhecimento como direito desde 1994 com a Declaração de Salamanca aprovada na Conferência Mundial de Educação, realizada naquele ano (BRASIL, 1997). Para a superação desse desafio é necessário o entendimento das múltiplas diferenças resultantes das condições pessoais, sociais, culturais e políticas dos estudantes e o processo de ensino-aprendizagem deve ser empreendido à totalidade dos estudantes, inclusive àqueles com necessidades educativas especiais (AROYO, 2011 apud PERNAMBUCO, 2019).

Como parte integrante do Currículo de Pernambuco (2019), a Educação Física, tem seu ensino pautado no trato da compreensão e ressignificação das manifestações da linguagem corporal materializada nas práticas corporais e tendo como objeto de estudo então denominado Cultura Corporal de Movimento. Inserida na área de Linguagens, a Educação Física tem como meta abordar tais conhecimentos e competências relacionadas à compreensão, exploração e valorização nas construções humanas significativas e relevantes ao longo da história.

A inserção da Educação Física na área de *Linguagens* reflete a relevância hoje atribuída ao movimento corporal humano como instância de comunicação, de interações recíprocas mediante expressões (significação e ressignificação) de gestos corporais culturalmente construídos, legitimados, reconhecidos e compartilhados como expressões das linguagens (PERNAMBUCO, 2019, p. 197).

Para Daolio (2004) a Educação Física como componente curricular se responsabiliza pelo ensino e aprendizagem das práticas corporais culturalmente constituídas como expressões das linguagens humanas ao longo do processo

histórico de educação. No entanto, constata-se que ao longo da história da humanidade, sempre existiu dificuldades em definir o que vem a ser cultura. Dentre várias compreensões do que venha a significar esse termo sempre se encontra implícita a dimensão da linguagem, que se faz essencial à compreensão da Educação Física como componente curricular, fundamentalmente por abranger seus conteúdos de ensino em uma linguagem plural.

No documento CP (2019) afirma-se que:

O reconhecimento da linguagem corporal como dimensão expressiva da constituição de saberes escolares derivados das práticas corporais destaca a centralidade do conceito de cultura que ora define a prática pedagógica da Educação Física nas escolas como não apenas a constituição e a consolidação dos saberes escolares a serem abordados por este componente curricular, materializados nas Unidades Temáticas Brincadeiras e Jogos, Esportes, Danças, Lutas, Ginásticas e Práticas Corporais de Aventura; mas também como os procedimentos teórico-metodológicos a serem empreendidos no trato pedagógico desses conhecimentos no cotidiano escolar [...] (p. 197).

Na Educação Física o ensino destas Unidades Temáticas a partir de uma organização progressiva dos conhecimentos que esteja devidamente contextualizada em função do tempo pedagógico destinado ao processo de construção das aprendizagens, à mobilização dos saberes dos discentes e à ênfase na compreensão das práticas corporais como produções culturais da humanidade como fundamento para a organização do trabalho pedagógico - à dinâmica sociocultural na qual se manifesta (PERNAMBUCO 2019). Entende-se então que a Educação Física como componente curricular tem por função abordar pedagogicamente esses conteúdos/elementos culturais como conteúdos/saberes escolares a serem ensinados e aprendidos na escola. A disciplina Educação Física envolve e amplia, incluindo-a em uma discussão e descrição conjunturais dos saberes escolares referentes ao corpo humano em movimento.

A organização do ensino na perspectiva de superar a exclusão na escola e das aulas de Educação Física no Currículo de Pernambuco (2019) se dá através da educação inclusiva definida como uma modalidade de ensino que transversaliza todas as etapas e modalidades que identifica e disponibiliza recursos e serviços, orientando quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem e realiza o Atendimento Educacional Especializado (AEE) junto aos estudantes matriculados nas turmas comuns do ensino regular, garantindo ações pedagógicas a fim de proporcionar a plena participação dos estudantes com necessidades educacionais

específicas. Para isso, é preciso ressaltar a importância de contemplar o Plano de Ação Inclusiva no Projeto Político Pedagógico/PPP das escolas ao longo de todo o processo de escolarização, o que permitirá ao estudante reconhecer-se, no ambiente escolar, como parte integrante da comunidade a qual pertence.

Segundo Pernambuco (2019) o ensino de Educação Física na escola tem em conta a sistematização das práticas corporais como produções humanas, que, situadas em seus respectivos contextos históricos e socioculturais, legitimam-se como saberes culturalmente constituídos, articulados no ontem e no hoje de nossas experiências e elaborações com e sobre o corpo humano em movimento, compartilhando, nesse ínterim, sentidos, significados, representações do ser humano que se movimenta interagindo, aprendendo, refletindo, reconstruindo em sua materialidade como práticas corporais.

No Currículo de Pernambuco (2019) na perspectiva da Educação e, assim, para a Educação Física, observou-se que o documento trouxe importantes contribuições na busca pela superação da inclusão excludente e da exclusão includente. Neste contexto, este estudo mostra que o cenário acadêmico reconstruiu a Educação Física também enquanto área inclusiva, incorporando aos poucos, nas diferentes dimensões e características dos alunos, com respeito e consideração a sua participação nas aulas. Contudo, as transformações de uma prática excludente para uma adaptada às diferentes necessidades do alunado parecem ainda estar em construção, conforme apontamentos apresentados pelos estudos referentes a essa temática.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das reflexões desenvolvidas durante a produção desta monografia, considera-se que pensar a educação para classe trabalhadora implica orientar o trabalho escolar para além das demandas que veiculam os preceitos da inclusão. Com ideologia que visa legitimar a dominação de classe, em um contexto capitalista, no qual se torna ainda mais importante para a burguesia difundir sua ideologia pela sociedade, os defensores da inclusão, analisados neste trabalho, desempenham o papel na reprodução ideológica do capitalismo, de assumir a seguinte tarefa dos intelectuais a serviço do capital: atuar de forma educativa através da difusão de formulações que negam a luta de classes. No entanto, ficou claro que com todas as lutas no decorrer da história pelos direitos humanos e direitos sociais, percebe-se que muitas mudanças ocorreram, mas ainda há muito a ser esclarecido e discutido a respeito das diferenças no âmbito da inclusão.

A inclusão é essencial, entretanto foi observado nos textos estudados, que seu sentido tem sido muito distorcido e polemizado pelos mais diferentes segmentos. Por isso as discussões sobre inclusão social são de grande importância em nossa sociedade, por estarmos vivendo em uma época em que o respeito à diversidade e a garantia ao direito à participação social de cada pessoa, o respeito as suas características (gênero, étnicas, socioeconômicas, religiosas, físicas e psicológicas) têm emergido como uma questão ética, promovendo a reivindicação por uma sociedade mais justa e igualitária. Ou seja, as ações de cada indivíduo, das instituições e dos órgãos públicos, devem ser pensadas e executadas no sentido de divulgar os direitos, a legislação e programar ações que garantam o acesso de todas as pessoas a todos os seus direitos.

Ao tratarmos de inclusão, somos enviados ao campo da educação, pois ele está presente no dia-a-dia, defendida como para todos, sem nenhum tipo de distinção, traçando diretrizes para que o processo inclusivo seja deflagrado. Contudo, percebe-se que mesmo após a implantação da Declaração de Salamanca, sobre princípios, políticas e práticas em Educação Especial, ainda caminhamos a passos lentos, pois se faz necessário derrubar muitos paradigmas, no intuito de preparar a sociedade para receber e aceitar a diversidade.

Podemos dizer que para a inclusão acontecer de verdade, é necessário que aconteça um processo interativo em que sociedade e alunos com deficiência se

reconheçam, se adaptem e desenvolvam-se, estabelecendo novos ciclos fundamentados no direito de cidadania plena. Isso pode significar uma verdadeira revolução educacional que envolve a revelação de uma escola eficiente, diferente, solidária e democrática em que leva-nos a ultrapassar o limite da integração e alcançar a inclusão.

De acordo com os textos, mesmo que inicialmente estando a serviço do capitalismo, a escola esta implicada historicamente na preparando do aluno com deficiência para o pleno exercício da cidadania e, ao mesmo tempo, preparando o ambiente escolar para receber estes alunos, no entanto, essas mudanças hoje no meio escolar estão ocorrendo de maneira muito lenta. Para que a inclusão ocorra de fato nas escolas é preciso que a educação assuma uma postura de mudança nas práticas educacionais discriminatórias, pois somente a partir dessas modificações podem garantir a inclusão e isso provoca as escolas e seus professores a irem em busca de atualização de suas práticas pedagógicas para adequar-se às exigências de uma sociedade que rejeita barreiras e preconceitos de toda ordem dentro e fora da sala de aula.

A Educação Física na escolar se constitui em uma grande área de atuação pedagógica por tornar acessível á participação de todos em atividades físicas adequadas às suas possibilidades, proporcionando que sejam valorizados e se integrem num mesmo mundo. Contudo, observou-se em nossas análises que as dificuldades de consolidar a inclusão na Educação Física Escolar não podem ser atribuídas apenas às dificuldades de trabalhos específicos com pessoas com alguma condição de deficiência, mas refletem um contexto histórico da Educação Física no qual a heterogeneidade foi negada em busca de um padrão físico e motor almejado. Neste caso, necessita-se de reflexões proporcionadas pelo campo acadêmico tanto de propostas para a área da Educação Física Escolar quanto para fundamentar a prática docente adequada para as diversidades apresentadas pelos alunos. Segundo Santos (2019) a importância da Educação Física dentro do processo educacional, pelo qual o ser humano necessita passar para que possa exercer o domínio pleno do legado cultural deixado pelas gerações humanas anteriores que são condições determinantes para o seu desenvolvimento, dá-se na medida em que seu objeto de estudo (cultura corporal) garanta aos estudantes ação-reflexão-nova ação.

Os documentos norteadores da educação básica citados durante o trabalho nos mostram tentativa de buscar novas reflexões para a Educação Física inclusiva. Historicamente, os estudos mostra que a Educação Física tinha como objetivo o desenvolvimento da aptidão física do homem, onde a contribuição histórica é relativa aos interesses da classe dominante, mantendo uma estrutura capitalista, mas hoje esta área começou a ter uma nova reflexão, buscando investigar a criatividade humana e à adoção de uma postura investigativa e produtora de cultura.

Na Educação Física Escolar há muitas discussões sobre os conteúdos que devem ser trabalhados pelos professores, as abordagens e áreas de conhecimentos que ela abrange, além disso, estudamos o movimento buscando agregar aos conteúdos conhecimentos das áreas mais diversas como as biológicas e humanas. Não podemos esquecer que como docentes o nosso ponto chave é o ser humano historicamente criado e culturalmente desenvolvido de uma maneira integral e única.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, M. G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2011.

BONETI, L. W. **Estado e exclusão social hoje**. In: ZARTH, P. (Org.). Os caminhos da exclusão social. Ijuí: Unijuí, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Inclusão: revista da educação especial, v. 4, n 1, janeiro/junho 2008. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990.

BRASIL. **Ministério da Educação e Desporto**. Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Fundamental – Educação Física. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1997.

BRASIL. **Lei no. 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, 2015.

CASTELLANI Filho, Lino. **Educação Física no Brasil: A história que não se conta**. Campinas, SP Papyrus, 1998.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino da Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

CIDADE, R. E; FREITAS, P. S. **Noções sobre Educação Física e Esporte para Pessoas Portadoras de deficiência**. Uberlândia, 1997.

DAOLIO, J. **Educação física e o conceito de cultura**. Campinas: Autores Associados, 2004.

DARIDO, S.C. **Educação Física na escola: questões e reflexões**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

EDLER CARVALHO, R. **Temas em Educação Especial**. Rio de Janeiro. (WVA Ed. 1998).

ESCOREL, S. **Vidas ao léu: uma etnografia da exclusão social**. 1998. 290 f. Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília.

FACCI, M. D; MEIRA, M. E; TULESKI, S. C. **A exclusão dos “incluídos” – uma crítica da psicologia da educação à patologização e medicalização dos processos educativos**. 2. Ed. Maringá: EDUEM, 2012.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FONTES, V. **Sobre a exclusão: alguns desafios contemporâneos**. Caderno CRH. N. 1, Salvador, UFBA, 1995.

GERHARDT, T; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GRACINDO, R. V.; PAIVA, O. A. F.; MARQUES, S. C. **A Contradição Exclusão/Inclusão na Sociedade e na Escola**. Linhas Críticas. (UnB). Brasília/DF, v. 11, n.20, 2005.

KUENZER, A. Z. **Exclusão includente e inclusão excludente. : a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho** In: LOMBARDI, J; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. (Org.) **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores Associados, 2002.

LINHALES, M. A. **Militares e educadores na Associação Brasileira de Educação: circulação de interesses em torno de um projeto para a educação física nacional (1933-1935)**. Educar em Revista, Curitiba, v. 33, p. 75-91, 2009.

LORENZINI, A. R. et al. **Inclusão e Educação Física Escolar: realidade e possibilidades**. Recife: EDUPE, 2013.

MANTOAN. M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** Coleção Cotidiano Escolar. São Paulo: 1ª edição, Editora Moderna, p. 13-16. 2003.

MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão. **A prática pedagógica histórico crítica na educação infantil e ensino fundamental**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política, livro primeiro: o processo de produção do capital, volume I. 26ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARTINS, J. S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

NASCIMENTO, E. **Exclusão social: as múltiplas dimensões do fenômeno**. Brasília: UnB, 1994 (Série Sociológica, 111).

PERTILE, E. B; ROSSETTO, E. **As políticas de inclusão e educação escolar: contrapontos necessários**. Educação (PUCRS, Impresso), v. 39, p. 334-343, 2016.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. **Orientações Teórico-Metodológicas – Educação Física – Ensino Fundamental e Ensino Médio**. Recife, 2010.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. **Parâmetros para a educação básica de Pernambuco**: parâmetros na sala de aula: educação física – ensino fundamental e médio. Recife, 2013.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. **Parâmetros Curriculares da sala de aula: Educação Física** – ensino fundamental, médio e educação de jovens e adultos, 2013. Documentos articulado com Parâmetros Curriculares do Estado de Pernambuco, 2013.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. **Currículo de Pernambuco Caderno de Linguagens**. Recife: Secretaria de Educação-PE, 2019.

PINA, L. D. **As ilusões do paradigma da inclusão na produção teórica da educação física**. 2009. 165p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

ROPOLI, E. A. et al, **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: A Escola Comum Inclusiva** – Brasília Ministério da Educação especial [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

RODRIGUES, D. **A Educação Física perante a Educação Inclusiva: reflexões conceituais e metodológicas**. Publicado no Boletim da Sociedade Portuguesa de Educação Física, 24/25, pp. 73-81 2003.

RODRIGUES, D. **Educação e a diferença**. In: _ (Org.). Educação e diferença: valores e práticas para uma educação inclusiva. Lisboa, 2001.

SANTOS et al. **Cultura Corporal Do Movimento e a Inclusão nas Aulas de Educação Física**. Santo André, SP. Centro Universitário Ítalo Brasileiro (UNIITALO). 2017

SANTOS, T. P. **Formação inicial de professores de educação física da UFRPE e o trato com o conhecimento handebol** /Thamiris Pinheiro Santos.Recice, 2019.

SASSAKI, R. K. **Inclusão. Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 8ª ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SILVA, R. de F. da; ARAÚJO, P. F. da. **Os caminhos da pesquisa em atividade motora adaptada**. São Paulo: Phorte, 2012.

STAINBACK, S. STAINBACK, W. **Inclusão: Um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994.